

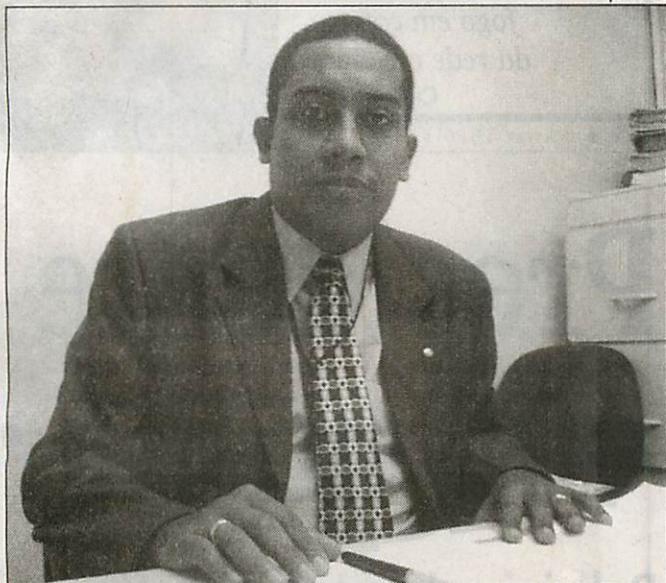


ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2013

Arquivo JC



PROMOTOR de Justiça Fausto Valois, da curadoria de Educação

CONCURSO

Sistema de cotas deve chegar ao MPE/SE

Em defesa da redução de desigualdade na ocupação de cargos no Ministério Público, o promotor de Justiça Luiz Fausto Valois, da Promotoria de Direitos à Educação, afirma que a discussão sobre a criação de cotas étnico-raciais nos concursos públicos do MP é uma iniciativa louvável para a inclusão não só de afrodescendentes, como também de pessoas humildes, na carreira do MP. O debate se estabelece no País diante da remessa ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) do processo nº 543/2013-50, instaurado a pedido do Ministério Público do Trabalho que, em procedimento analisado pelo Conselho Superior do órgão, discutiu as cotas nos concursos para procurador do Trabalho.

“É uma iniciativa louvável, uma vez que dificilmente se vê afrodescendentes ocupando cargos de carreira no MP. Quem já viu o negro sendo ministro da Fazenda ou de Relações Exteriores do Brasil? Poucos são aqueles que conseguem chegar as cargos nobres de carreira no MP. Por isso, acho válida

a iniciativa e acredito que seja um avanço na busca pela redução das desigualdades vivenciada hoje no Brasil. Sou a favor das cotas não só para os afrodescendentes como para as pessoas mais humildes. Que tenham as cotas sim como forma de mobilidade social, reduzindo a desigualdade em nosso País”, afirmou o promotor.

Ainda segundo Fausto Valois, o verdadeiro sistema de cotas já existe, sendo comum a menor atuação de negros em diversos setores da sociedade. “Na atualidade é que existem cotas, pois a presença de negros é pequena em propagandas, por exemplo. Dificilmente se vê um negro como protagonista na divulgação de produtos, o que se mostra muitas vezes é o afrodescendente como agente de delitos. A Constituição Federal prevê a igualdade, portanto, vejo essa medida salutar, não como definitiva, mas transitória, para que os afrodescendentes possam conquistar seus espaços e servir de exemplos a tantos outros. É preciso mostrar aos jovens afrodescendentes que é possível sonhar e alcançar a carreira no serviço público através do estudo”, declarou.

No prazo de 15 dias, conforme despacho do conselheiro Mario Bonsaglia, procuradores-gerais das unidades MPE's e União, assim como entidades de classe de membros e de servidores do MP e a organização não governamental Educafro, deverão enviar ao CNMP manifestações e informações sobre a possibilidade de cotas étnico-raciais nos concursos do MP.

Concurso MP/SE

O debate se inicia num momento em que está em andamento o processo seletivo para cargos de analista e técnico do MP/SE, cuja data de aplicação de provas é 1º de setembro. Mas o promotor Fausto Valois destaca que, se deferidas as cotas, sua aplicabilidade deve ser estabelecida por resolução. “Essas normas estão sendo estudadas e deve ser feita uma resolução pelo CNMP e entendo que é uma iniciativa que, se não aplicada agora, porque é necessário que se faça essa resolução, a qual somente será aplicada após publicada, já é uma iniciativa que trouxe à baila a discussão”, explicou.

▼ “É UMA INICIATIVA LOUVÁVEL, UMA VEZ QUE DIFICILMENTE VEMOS AFRODESCENDENTES OCUPANDO CARGOS DE CARREIRA NO MP”